

## REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CIGANA NO BRASIL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA BIOGRÁFICA

*Reflections on the construction of gypsy identity in Brazil from a biographical perspective*

**Phillipe Cupertino Salloum e Silva**

Universidade Federal de Jataí  
phillipe.silva@ufj.edu.br

**Gabriel Nascimento de Castro**

Universidade Federal de Jataí  
gabrielnascimento@discente.ufj.edu.br

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo refletir de que modo a trajetória de vida da liderança política da etnia *Calon* Maria Jane Soares Targino Cavalcante pode contribuir para pensar a construção da identidade cigana no Brasil, a partir de uma perspectiva antropológica e dos direitos humanos. Propomos, portanto, um estudo dialético, entre as experiências vivenciadas por Maria Jane, analisando as interações no âmbito social que repercutiram em sua trajetória de vida, levando em conta, em especial, o acesso à segurança, à educação e à cultura. Contrapondo ao contexto político, social e histórico do Brasil desde a década de 1970, quando nasceu Maria Jane, no sertão da Paraíba, até meados de 2010. Não se almeja chegar a uma verdade sobre a vida de Maria Jane, construí-la de forma linear, inventá-la ou conferir inteligibilidade à sua experiência. Mobilizou-se referências teóricas sobre identidade, memória, configurações sociais e a perspectivas biográficas intercaladas aos estudos ciganos. Ao refletir sobre a trajetória de vida de uma liderança cigana, o principal objetivo é compreender como a pessoa biografada lidou com as circunstâncias do seu tempo e vivenciou os direitos humanos, sendo uma mulher, sertaneja, cigana no Brasil.

**Palavras-chaves:** Etnia calon. Mulher cigana. Identidade. Biografia. Etnografia.

**Abstract:** This article aims to reflect on how the life story of ethnic leadership Maria Jane Soares Targino Cavalcante can contribute to thinking about the construction of Gypsy identity in Brazil, from an anthropological and human rights perspective. We therefore propose a dialectical study of Maria Jane's experiences, analyzing the interactions in the social sphere that had repercussions on her life trajectory, taking into account, in particular, access to security, education and culture. This is set against the political, social and historical context of Brazil from the 1970s, when Maria Jane was born in the backlands of Paraíba, until mid-2010. The aim is not to arrive at a truth about Maria Jane's life, to construct it in a linear way, to invent it or to give intelligibility to her experience. It mobilized theoretical references on identity, memory, social configurations and biographical perspectives interspersed with gypsy studies. In reflecting on the life trajectory of a Gypsy ethnic leadership, the main objective is to understand how the person biographed dealt with the circumstances of her time and experienced human rights, being a woman, a backlander, a Gypsy in Brazil.

**Keywords:** Calon ethnic people. Gypsy woman. Identity. Biography. Ethnography.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir de que modo a trajetória de vida da liderança política da etnia *Calon* Maria Jane Soares Targino Cavalcante pode contribuir para pensar a identidade cigana no Brasil<sup>1</sup>, a partir de uma perspectiva antropológica e dos direitos humanos. Trata-se de um estudo que foi realizado no âmbito de um Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Jataí, desenvolvido no Grupo de Pesquisa “Antropologia Jurídica, Direitos Humanos e Estado: a resistência dos povos e comunidades tradicionais no âmbito das instituições”<sup>2</sup>.

Maria Jane foi escolhida nesta pesquisa, primeiramente, pelo destaque alcançado no contexto da construção da política cigana no Brasil, que decorre, principalmente, da sua atuação em órgãos colegiados locais, regionais e, sobretudo, nacional, a exemplo do CNPIR e CNPCT<sup>3</sup>, a partir da década de 2010, simultâneo ao estabelecimento de rede de articulações políticas com lideranças de diferentes etnias e subgrupos, assim como regiões do país. No ano de 2023, teve uma passagem curta pelo governo federal, tendo sido nomeada, por meio da Portaria nº 70, de 24 de março de 2023, para atuar na Diretoria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial.

A observação dessa experiência concreta em escala micro permite complexificar a análise do fenômeno sócio-histórico de forma mais ampla. Uma vez que as vivências, as narrativas e as memórias compartilhadas nos permitem pensar a construção da identidade cigana *Calon* no Brasil, levando em conta os marcadores sociais de classe, raça, etnia e sexo.

Não se revelou uma tarefa fácil escrever sobre uma pessoa que está em plena atividade política, sendo uma fonte viva de informações para a nossa pesquisa. Assim como diante da existência de uma série de documentos produzidos pela própria pessoa biografada, quando nos últimos 12 anos, precisou, diversas vezes, sintetizar sua trajetória de vida e atuação política para concorrer a cargos de conselheira em órgãos colegiados estaduais e nacionais ligados às temáticas da promoção da igualdade racial, povos e comunidades tradicionais, mulheres e cultura popular.

---

<sup>1</sup> Cigano” é termo genérico que historicamente foi e ainda é mobilizado para classificar determinados grupos que, por outro lado, adotam diferentes autodenominações. No Brasil, há três grupos étnicos associados aos povos ciganos, os Calon, que estão em maior número e há mais tempo neste território, desde o século 16; os Rom e os Sinti, cujos os processos diaspóricos estão datados a partir do século 19 (MOONEN, 2011).

<sup>2</sup> A presente pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Jataí.

<sup>3</sup> O “CNPIR” corresponde à sigla do Conselho Nacional da Promoção da Igualdade Racial e o “CNPCT” corresponde ao Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Frisamos que não se almeja chegar a uma verdade sobre a vida de Maria Jane, construí-la de forma linear, inventá-la ou conferir inteligibilidade à sua experiência (KOFES, 2001). Ao pretendermos refletir sobre sua trajetória de vida e biografá-la, o nosso principal objetivo é compreender como Maria Jane lidou com as circunstâncias do seu tempo e, ao mesmo tempo, refletir sobre a construção da identidade cigana no Brasil. Não buscamos apenas apresentar uma história biográfica interessante de uma liderança cigana da etnia *Calon* do interior da Paraíba entremeada por alguns fatos históricos, mas sim refletir sobre experiências reais de uma vida, sem interpretá-la como produto de um meio totalizante e determinante.

Desta forma, buscamos posicionar Maria Jane como protagonista de sua trajetória de vida, capaz de atuar e romper com padrões, analisando como lidou com as dificuldades de seu tempo, inserido no campo de possibilidades disponíveis (GUÉRIOS, 2011) a uma pessoa que nasceu à margem do Estado, lugar de exclusão e sofrimentos por conta da discriminação étnico-racial, mas também de resistência e pluralidade (DAS e POOLE, 2008).

Propomos, portanto, um estudo dialético (LENA JUNIOR, 2012), entre as experiências vivenciadas por Maria Jane, analisando as interações no âmbito social repercutiram em sua trajetória de vida, levando em conta, em especial, a condição de mulher, de cigana da etnia *Calon* e de trabalhadora, e refletindo como esses marcadores sociais se repercutem no acesso aos direitos humanos e às políticas públicas. Contrapondo ao contexto político, social e histórico do Brasil desde a década de 1970, quando nasceu Maria Jane, no sertão da Paraíba, até meados de 2010.

O percurso da vida de Maria Jane é movimentado, atravessado por relações instáveis, rupturas e reconfigurações a partir do envolvimento com outras redes de interdependência. Por este motivo compreendemos que a noção de configuração social desenvolvida por Nobert Elias (2008), somado ao método de análise dialética e a perspectiva etnográfica, nos proporcionam os instrumentos necessários para refletir acerca da trajetória de vida de Maria Jane e produzir conhecimento sobre a produção da política cigana no Brasil.

## PONDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para as empreitadas acadêmicas biográficas, ter domínio sobre a história de vida do biografado é fundamental, em especial, nos casos em que esta pessoa é pouco conhecida, nós autores deste artigo pudemos sumarizar, ou superficializar, para extrair os elementos da biografia que deseja realizar. Desta forma, no caso de Maria Jane, não podemos dispensar a reconstituição de sua vida.

Neste trabalho científico, a noção sobre o contexto macrohistórico que abarca a vida de Maria Jane é essencial para o entendimento da época em que nasceu, viveu a infância, os primeiros anos da vida adulta, assim como no contexto em que emergiu enquanto liderança política. De acordo com Febvre (1996), o indivíduo não vive somente para seu tempo, mas vive no seu tempo. São justamente as relações entre o micro e o macro que dão expressividade à biografia. Esta abordagem pode evidenciar continuidades, revelar diferenças, assimilar a realidade dos problemas sociais por meio dos dilemas reais e concretos de uma vida.

Para a elaboração deste trabalho, buscamos acessar estas histórias mediante entrevistas não estruturadas e conversas abertas com a própria Maria Jane. Além disso, analisamos as publicações nas redes sociais de Maria Jane e da associação que preside, documentos escritos que registram os seus feitos políticos, e promovemos uma observação participante das atividades remotas que tiveram a sua participação, de modo que se possa ganhar familiaridade com a dinâmica de vida de Maria Jane.

Buscando observar os aspectos que melhor possibilitam articular os elementos sociais, históricos e políticos e a trajetória de vida analisada, optamos, em parte, pelo viés sociológico, entendendo que Maria Jane é uma mulher, cigana, trabalhadora e importante liderança política de seu segmento étnico. Mas, sobretudo, pela perspectiva antropológica de inspiração etnográfica, uma vez que se pretende realizar uma descrição densa e ao mesmo tempo construir uma rede de significados, levando em conta como a própria Maria Jane atribui sentido sobre sua história de vida e sobre a construção da política cigana no Brasil.

Seguimos, desta forma, a proposta de George Marcus (1995, p. 111, tradução nossa) ao refletir sobre etnografias multissituadas, entendendo que “seguir uma vida ou biografia” pode apresentar sobreposições de contextos sociais que estão obscurecidas nos estudos mais estruturalistas dos processos. As histórias de vida, para o autor, são guias potenciais para a demarcação de espaços etnográficos inseridos em sistemas moldados por diferenciações categóricas que podem tornar esses espaços invisíveis. Não significa que esses espaços são, necessariamente, subalternos - ainda que eles possam ser mais descortinados em histórias de vida subalternas - mas são moldados por associações novas ou imprevisíveis entre lugares e contextos sociais sugeridos por relatos de história de vida.

Com a etnografia de um percurso, uma trajetória de vida, a partir de diversas narrativas (auto)biográficas, documentos, observações participantes e entrevistas, não se acessa apenas um itinerário, como também uma série de relações, interações entre pessoas, instituições e substâncias que são muito reveladoras de questões sobre as quais nos deparamos no contexto contemporâneo. O que procuramos “acessar”, na perspectiva proposta por Marcus (1995), foi

a trajetória de vida de Maria Jane. Contudo, tomar esta trajetória como fio condutor não significa um destaque privilegiado sobre a singularidade de um indivíduo. O questionamento da oposição entre indivíduo e sociedade, como apresenta Kofes (2001), é indispensável para encarar as instigações que se apontam nos entrelaçamentos entre biografia e etnografia.

É nesse sentido que a presente a proposta de etnografia multissituada tem a finalidade de colaborar com o processo de biografar a trajetória de vida de Maria Jane, ao trabalhar com a necessidade de uma perspectiva que rejeite as dicotomias global e local. Pois, ao levar em conta ponderações, aparatos, liames e relações existentes nas situações sociais, mediante distintas abordagens, em regra encarados como contraditórios, passam a fazer sentido. Portanto, é dessa forma que as interconexões deixam de ser tratadas nos termos de oposições e podem ser refletidas para a construção da identidade cigana no Brasil a partir da trajetória de vida de Maria Jane.

## SER MULHER

Maria Jane nasceu em 10 de abril de 1974, no município de Condado, sertão paraibano, às margens do açude Engenheiro Arcoverde. Ano cujo status jurídico das mulheres no Brasil era fortemente marcado por desigualdades. Ainda sob vigência do Código Civil de 1916<sup>4</sup>, revogado em 11 de janeiro de 2003, com uma série de dispositivos discriminatórios que reduziram as mulheres à condição de subcidadania. Assim como da legislação trabalhista, com preceitos que permitiam a interferência marital ou paterna no contrato empregatício de mulher adulta e restringia a prestação de certas ocupações, o que foi revogado apenas em 1989<sup>5</sup>. Lembrando também que apenas em 1977, foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro o direito ao divórcio.

Tratam-se de uma série de normas chanceladas pelo direito brasileiro que legitimaram a submissão e o controle sobre os corpos e vidas das mulheres. A Constituição Federal de 1988 finalmente reconheceu o dever do República em diminuir as desigualdades, assim promover o bem de todos, sem qualquer tipo discriminação. Apesar dos avanços e conquistas das mulheres, seja no direito, seja nas políticas públicas, o Brasil apresenta indicadores que o posicionam

---

<sup>4</sup> As mulheres casadas eram consideradas relativamente incapazes; deveriam pedir autorização aos maridos para trabalharem, assim como para aceitarem herança; só podiam administrar os bens do casal em 3 situações (caso o cônjuge estivesse em lugar remoto; em cárcere por mais de dois anos ou quando judicialmente declarados interditos); em regras, somente poderiam ajuizar ações judiciais com permissão dos maridos; e, por fim, para o recebimento da pensão alimentícia, a mulher precisava ser considerada pobre e inocente no desquite judicial.

<sup>5</sup> A Lei n. 7.855/89, elaborada e aprovada meses após a nova Carta, adequou a CLT ao comando antidiscriminatório constitucional.

como um dos países com os maiores índices de feminicídio e violência política gênero no mundo. Mesmo assim, o imaginário social brasileiro costuma associar e sacralizar a cultura do outro, não ocidental, ao machismo, como reserva aos povos ciganos. São representações que contribuem para hierarquizar, inferiorizar e simultaneamente cristalizar a concepção de grupos atrasados, com valores arcaicos e costumes não condizentes com a modernidade.

Durante a pesquisa de campo, é perceptível como Maria Jane apresenta uma diferente leitura sobre os papéis sociais exercidos pelos homens e pelas mulheres, sobretudo, no âmbito de sua família, tendo o sexo como marcador social central.

Em entrevista realizada em 8 de abril de 2023, às vésperas da posse de Maria Jane no Ministério da Igualdade Racial, a primeira pergunta que fizemos foi sobre as lembranças e memórias da sua infância. E assim como no texto intitulado “Relatório de fundação e atividades da Associação Comunitária dos Ciganos de Condado”, submetido para concorrer ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ao final do ano de 2018, Maria Jane iniciou o texto com recordações dos primeiros anos de sua vida, sendo que em ambos os momentos, é dado bastante destaque ao papel exercido por outras mulheres de sua família, sua mãe, conhecida como Margarida, sua avó e inclusive sua bisavó Batata. São apresentadas por Maria Jane como figuras femininas fundamentais para a transmissão dos valores e costumes do seu povo; assim como no trabalho externo em busca de renda e inclusive para a proteção do grupo familiar, quando ameaçados arbitrariamente pelas autoridades locais.

De acordo com as narrativas e a forma como Maria Jane compartilha suas memórias, há um histórico de mulheres da sua família que exercem funções tão importantes quanto os homens. Ou seja, muito distante da representação de submissão atribuído pelo imaginário social às mulheres ciganas, como ficou evidente neste trecho do relatório supracitado:

Lembro-me ainda de minha bisavó que era mais conhecida por cigana Batata, uma senhora disposta, corajosa, destemida e audaciosa que não temia as dificuldades que enfrentava junto com sua família (lembro-me também que ela não se apartava de uma mala e que nela tinha uma arma, um 32 com cabo branco). Nossa bisavó **Batata era uma cigana que liderava os ranchos com a presença de seu marido nosso bisavó Malaquias** e junto com seus filhos e parentes, como liderava ela mesma. **Falava com as autoridades, e resolvia o que fosse referente a seu comboio** e seus familiares ciganos onde estavam arranchados. (dezembro de 2018, destaque nosso)

Passa-se a ideia de que não é novidade ou recente o papel de liderança exercido pelas mulheres ciganas. Jane, portanto, não é a primeira, há uma tradição que antecede e que faz questão de destacar. Além disso, é importante frisar que diferentemente da leitura linear e histórica do feminismo liberal, que indica a revolução industrial e urbana como evento histórico que marca a entrada das mulheres no mercado de trabalho, as mulheres de origem popular, não

brancas, racializadas, sempre tiveram que trabalhar, seja em casa, seja nos ambientes externos, como é o caso da bisavó, avó, mãe e da própria Maria Jane.

A antropóloga Edilma Nascimento e a educadora cigana Marcilânia Figueiredo ponderam que quando se menciona infância, o imaginário social associa a imagens de representação que são gerais sobre esse período da vida, porém, entre os ciganos há uma flexibilidade entre os períodos geracionais da vida. As autoras acrescentam que “não há uma demarcação etária fixa e exata para as fases sucessivas da vida”, tendo em vista que estas “são marcadas por momentos rituais” (2015, p. 37). Nesse sentido, defendem que a educação e a formação dentro dos valores são imprescindíveis para a manutenção da cultura cigana, e por esta razão as crianças são o “centro do grupo”, que garantem o futuro.

E nas memórias da sua infância, Maria Jane como a filha mais velha entre seus quatro irmãos (três mulheres e um homem), há também um esforço de indicar que desde os primeiros anos de sua vida já tinha responsabilidades e assumia funções cruciais para o funcionamento social e organização da sua família:

[...] temos as nossas cuidadoras Cigana, né. Suzana, que era minha irmã depois de mim, era uma delas que cuida das crianças e dos idosos. **Eu fazia esse papel de criança já, quando minha mãe ia andar, as irmã dela, as prima dela, iam trabalhar mais meu pai, né, eles iam pras feiras, aí eu ficava, fazia a comida dos meus irmãos que são quatro**, é o mais velho, eu e mais três. Eu fazia comida deles já com 7 anos, 8 anos, eu já fazia e o povo morria de rir por causa que eu não sabia fazer a papa do mais novo que é o Júnior. O mais novo é Junior e Janete, aí eu fazia embolado assim, né aquelas papa de mingau embolada, mas não queria saber, eu não tinha muito entendimento e dava a eles aquelas bolas de papa, né é (risada), e eles todo com o bucho desse tamanho assim. Aí o povo dizia: ‘Ah, o Junior tem o bucho quebrado que a Chincinha faz papa embolada e dá ao menino’. (abril de 2023, destaque nosso).

O relato acima ocorre entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, contexto em que não havia política de renda mínima, de enfrentamento à fome, assim como voltados à proteção integral da infância e juventude - o que se torna um direito fundamental apenas com a promulgação da Constituição de 1988. Embora a década de 1970 no Brasil estivesse associada ao chamado “milagre econômico”, por conta dos altos índices de crescimento do PIB, não significa que o contexto de prosperidade tenha sido sentido no interior e sertão paraibano, e muito menos pelos povos ciganos. Segundo Sônia Rocha, “o número de pobres nordestinos no total de pobres brasileiros, por exemplo, passou de 38,5% em 1970, para praticamente a metade (49,1%) em 1980” (2013, p. 4).

Este aumento da pobreza no Nordeste brasileiro, conforme apontado pela supracitada economista, pode ser percebida também em uma das falas de Maria quando justifica que foi

por conta do sofrimento que presenciou entre pessoas ciganas no final da década de 1980, o que a motivou a lutar pela coletividade e se organizar politicamente. Vejamos:

[...] nunca passei fome não, mas eu via meu povo passar e eu vi que a gente tinha que dividir o que tinha para eles comer. Então eu via, vi muito quando a gente ia, em 87, para, para [parte incompreensível do áudio/nome de cidade] no Rio Grande do Norte, via muitas barraquinha bem pequenininha que acolhia tanto cigano e eu via que eles passava fome, muito na barraca cigana, passava fome, passava dificuldade, eles iam pedir esmola. Eu sabia tudo isso, eu entendia que eles ia fazer isso, e tudo isso me doía muito. e eu queria mudar isso. (abril de 2023)

Embora afirme nunca ter passado fome, Maria Jane traz à tona situações de dificuldades - no âmbito financeiro, para acessar à moradia, circular em diferentes cidades para buscar trabalho e viver e a violência policial -, que a acompanham desde a infância até a fase adulta. A pobreza no Brasil está concentrada em determinados grupos que são racializados na sociedade.

A Constituição, em 1988, pode pela primeira vez ter reconhecido “os modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade” como parte do patrimônio cultural brasileiro, algo que integra o plano formal jurídico abstrato que se costuma chamar “dever ser”. Contudo, as condições materiais e concretas de produção e reprodução da vida social destas coletividades de forma digna não são viabilizadas e objetos de ações específicas do Estado, para que possam existir e resistir como grupos distintos “participantes do processo civilizatório nacional”, como diz o texto constitucional.

As estruturas do poder, que definem as prioridades das políticas públicas e dos recursos que serão destinados, continuam concentrados nos setores hegemônicos. O que nos faz concordar com o jurista Roberto Gargarella que defende que os países latino-americanos, incluindo o Brasil, têm governos bastante diferentes convivendo com Constituições cada vez mais generosas em matéria de direito, já que maquinaria do poder pode recepcionar, sem maiores problemas, as diferentes mudanças que ocorrem na sessão dos direitos, sem empreender esforços para efetivar seus dispositivos. As narrativas em geral compartilhadas por Maria Jane apresentam relatos que indicam ausência e/ou pouca atenção do Estado brasileiro, nas suas diferentes esferas, seja executar políticas sociais em áreas sensíveis como educação, saúde e moradia, seja para inibir o racismo e o anticiganismo da atuação dos agentes públicos, em especial, da Segurança Pública e da Justiça.

Na perspectiva de Maria Jane, fundamentada nas memórias mobilizadas, as mulheres ciganas são ensinadas, desde novas, ainda que sejam crianças a lidarem com as adversidades, a estarem sempre preparadas para proteger a si e sua família, muito longe da ideia de submissão

e fragilidade associada aos atributos do feminino. E de modo mais amplo informa a convivência das pessoas ciganas com diferentes formas de violência ao longo da vida

[...] As 'surpresas' desagradáveis eram e são constantes na caminhada da vida do povo cigano. [...] sempre alimentássemos cedo, pois sabia ela e todas as mulheres ciganas que nós ciganos éramos e somos uns povos perseguidos, discriminados e que a qualquer momento poderíamos ter uma surpresa e sermos atacados pelas autoridades dos municípios que nos encontrávamos e que não queriam, nem deixavam ciganos se aproximar há ambientes sociais, tais como municípios ou até mesmo onde existissem pessoas, moradias, locais públicos... (dezembro de 2018).

A descrição de momentos da infância pela própria pessoa biografada possibilita dialogar com o pensamento de Lélia Gonzales, uma vez que a autora chamou a atenção para a importância de se entender os efeitos resultantes da articulação das estruturas de poder - articulação às categorias de raça, classe, sexo - na definição do lugar social dos sujeitos na sociedade, principalmente das mulheres, pois tal entrelaçamento faz com que as não brancas "sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente" (GONZALES, 1988b, p. 137). Nesse sentido, podemos dizer que o racismo e o anticiganismo articulado com o sexismo ao marcador de classe produzem efeitos violentos, inclusive para as mulheres ciganas, como podemos perceber a partir dos relatos obtidos na presente pesquisa.

A noção de gênero, como se trabalha nos dias de hoje, assim como não aparece nos escritos de Lélia Gonzales, não é explorada, pelo menos não explicitamente, nos discursos, nas narrativas e nas memórias de Maria Jane. Ambas recorrem à ideia de sexo e sexismo, partindo de uma compreensão em que as diferenças biológicas estão presentes, uma compreensão que, porém, também se constrói imbricada com o social e cultural. Nas palavras da intelectual Luiza Bairos, "sexismo e racismo seriam variações de um mesmo tema mais geral que tem nas diferenças biológicas (reais ou imaginadas) o ponto de partida para o estabelecimento de ideologias de dominação" (2006, p. 55).

Para Lélia Gonzalez (1988a), o processo de construção social e cultural não será o mesmo para todas as mulheres, pois, outros fatores, como o racismo, redefinem as trajetórias dos sujeitos em questão. E para reforçar a ideia de que as mulheres desempenham papéis tão importantes quanto os homens, em diferentes sociedades não europeias, a autora aciona exemplos históricos como o do Egito antigo, dos reinos ashanti ou dos yorubás. Maria Jane apresenta-se a partir dos seus relatos como uma mulher que exerce funções cruciais para unidade do grupo tanto no âmbito familiar, como na comunidade local e, mais para frente, nas instâncias externas regionais e nacionais.

Portanto, seja pelas narrativas apresentadas na entrevista feita com Maria Jane, nos documentos, assim como na observação participante, é possível afastar das generalizações abstratas contrapondo-se ao sujeito mulher, produto da construção hegemônica do sistema moderno/colonial de gênero. Compreendendo que gênero, raça e etnia se entrelaçam e são inseparáveis para se pensar as experiências das mulheres não-brancas, como Maria Jane, o que significa ser crítico ao feminismo eurocêntrico-liberal que promove a homogeneização do grupo “mulheres”. Enquanto identidades globais, as quais correspondem aos processos de formações nacionais, que se mostram congeladas e atendem aos interesses universalistas dos Estados modernos liberais/neoliberais (SEGATO, 2007, p. 21). Sendo tais categorizações cruciais para encobrir diferenças densas e complexas das culturas e das vivências dos sujeitos, ocultando, ao considerarmos a intersecção de gênero e raça, as experiências de mulheres ciganas, por exemplo.

## **SER CIGANA**

Os relatos sobre os primeiros anos de vida de Maria Jane, assim como de boa parte da vida adulta, nos permitem afirmar que não havia no Brasil uma política inclusiva intercultural, pautada no reconhecimento das diferenças étnico-raciais e de viés humanitário, destinada aos povos ciganos. O que não significa dizer que não havia uma política voltada a esta população, pelo contrário.

O período colonial, sobretudo os séculos XVII e XVIII, foi marcado por legislações específicas que criminalizavam de forma frontal o modo vida e costumes associados aos ciganos, visando o seu controle, silenciamento e ao mesmo tempo o aniquilamento. “Urgia mudar os comportamentos sociais diferenciadores a fim de tornar os ciganos iguais à restante população” (COSTA, 2005, p. 155).

A independência do Brasil, sob o ponto de vista formal, a partir do ano 1822, que introduziu os princípios liberais consagrados com revolução francesa nos marcos legais vigentes a partir de então, como a liberdade e a igualdade formal, foi acompanhada de formas mais sofisticadas de mecanismos de criminalização da existência cigana, inclusive nos séculos XX e XXI (SALLOUM E SILVA, 2020, p. 57), especialmente no âmbito de atuação do sistema de justiça penal. “As teorias raciais capacitaram os intelectuais e políticos para implementar um programa conservador que justificou cidadania diferenciada dentro de um quadro liberal e republicano” (FOTTA, 2020, p. 23).

No plano real e concreto, o que se presencia no Brasil, em diferentes estados e municípios, é exclusão dos ciganos da condição de sujeitos de direitos e sobretudo das garantias processuais. Em especial da presunção de inocência, uma vez que são pré-condenados por sua condição étnico-racial antes mesmo de ocorrer julgamento justo e existir decisão transitada em julgado. As perseguições e as ações racistas das forças de segurança pública aparecem nos relatos de Maria Jane. Assim como está documentado na cobertura jornalística tornada pública na rede mundial de computadores (DA SILVA; SALLOUM E SILVA, 2022), que ao adotar uma abordagem sensacionalista, reatualiza as representações negativas e alimenta pânicos sociais de aversão e medo em relação aos ciganos<sup>6</sup>.

Inicialmente, partimos do pressuposto apresentado pelo pesquisador cigano Aluizio de Azevedo Silva Júnior que propõe em sua tese doutorado um distanciamento da historiografia moderna ou das representações do senso comum, que permeiam a mídia e a literatura para pensar a existência cigana. O estudioso critica a redução dos "ciganos" a personagens de lendas populares, fantasias de carnaval “ou pior ainda, de vagabundos, trambiqueiros, mendigos ou criminosos perigosos (ladrões, sequestradores, furtadores etc.)” (2018, p. 34).

Não obstante, os preconceitos e estereótipos racistas e ciganofóbicos aos quais estas mulheres, segundo a pesquisadora Caterina Alessandra Rea, são submetidas “são sempre coproduzidos por marcas de gênero e por conotações fortemente sexualizadas (cigana sensual e sedutora ou sexualmente submissa, cigana mãe e ladra de crianças, cigana misteriosa e identificada como uma bruxa...)” (2017, p. 47).

Para a pesquisadora cigana Ana Paula Soria, os estereótipos associados aos ciganos estão em sintonia às construções do senso comum e a ideologia de cada época. Porém, apesar das especificidades ideológicas de cada período, a autora observa que “essas representações possuem um ponto em comum que as une em relação aos estereótipos, a figura do nômade” (2008, p. 85).

Segundo a pesquisadora Ioana Vrabiescu (2013), o mito do “nômade cigano”, fomentado a partir dos séculos 13-15, é uma forma de internalizar na modernidade o “cigano” como o “outro”, sendo que o nomadismo é relacionado a um estilo de vida socialmente improdutivo e, ao mesmo tempo, é usado para questionar a condição do “cigano” como um

---

<sup>6</sup> Da mesma forma que a partir da *internet* é possível tomar conhecimento de massacres e justiçamentos muitas vezes com participação direta ou indireta de forças policiais, casos que são recentes que revelam uma permanente desumanização da existência cigana no Brasil. Um dos casos mais marcantes envolve uma família cigana na região sudoeste baiana, em que oito pessoas foram mortas, sete filhos de uma mesma mãe, em resposta a morte de dois policiais que supostamente seria responsabilidade de uma das pessoas desta comunidade. Disponível em: <<https://ponte.org/apos-assassinato-de-pms-8-ciganos-da-mesma-familia-sao-mortos-e-moradores-denunciam-invasoes-de-casas/>>. Acesso em 28 jun. 2023.

povo de cultura própria, porque o princípio do pertencimento territorial é tomado como núcleo da identidade coletiva.

Referir-se aos povos ciganos como “nômades” é uma classificação externa, que vem de fora, não foram os próprios que assim se denominaram ou que optaram por esta prática movidos pela sua suposta natureza de andarilhos.

Segundo Maria Jane, “nós que escolhemos ser nômades, a gente foi forçado a ser nômades” (abril de 2023). Esta noção está presente ao longo de suas narrativas sobre sua vida, marcada por constantes deslocamentos, idas e vindas, todas de alguma forma relacionadas à luta pela sobrevivência. Até os 14 anos, Maria Jane menciona que viveu em diversas cidades do sertão paraibano, assim como faz referências a passagens pelo Rio Grande do Norte. Todavia, indica um marco temporal que é crucial para sua trajetória. Vejamos:

Quando **a gente parou aqui (Condado) em 91** a gente parou para morar, mas quando **eu nasci aqui eu nasci no mato, tanto eu como meu pai. Então a gente não morava aqui nem em canto nenhum**. A gente passava 2 meses em Condado, aí passava em Juazeirinho, Santa Luzia, Arara. A gente ficava o ano assim, passando de uma cidade para a outra. Passando 2 meses, 15 dias, depende do lugar o quanto nos acolhia. [...] Vendendo, minha mãe lendo mão, meu pai trocando, comprando gado, vendendo. [...] Aí quando eu voltei em Condado mesmo, a gente nunca se arranchou, muito tempo porque a gente nunca foi bem vindo em Condado. Então a gente nunca morou de morar aqui, a gente começou a morar mesmo de 91 prá cá, porque eu já vim grande né. (abril de 2023, grifos nosso)

Se por um lado, o nomadismo é constantemente associado aos povos ciganos, como um elemento diacrítico, o sofrimento causado pelas perseguições, pela violência do estado e também causada pela sociedade majoritária, é um ponto comum que surge também nas narrativas sobre os ciganos em todas as partes do mundo. O que aparece também nas memórias compartilhadas por Maria Jane, que relata que nem mesmo quando criança, assim como na vida adulta, como também falamos no tópico anterior deste artigo, foi poupada episódios de agressão, de assédio policial, assim como nunca foram sua mãe ou sua avó, independentemente de serem mulheres.

Fui vítima tanto como criança, jovem e mulher já casada de episódios traumatizantes quando seguia com minha mãe para ela ir trabalhar, os descasos que nos tratavam como: vão trabalhar vagabundas, cadê os homens de vocês... Sem falar dos maus tratos nas portas das casas, nas ruas que presenciava nossas mulheres ciganas mais velhas sofrer, que até chegavam a bater nelas... Muitas das vezes as mulheres ciganas ocultavam de seus homens muitas coisas que ocorriam com elas para não complicar a vida de seus homens, pois um cigano nunca tinha o direito de defesa, de ser vítima, de ter voz e vez, e sim eram sempre os culpados (dezembro de 2019).

Até ser revogada pela Lei nº 9.521, em 27 de novembro de 1997, “explorar a credulidade pública mediante sortilégios, predição do futuro, explicação de sonho, ou práticas congêneres”, que na prática tinha como a quiromancia, a leitura de mão, expressão da cultura

e ao mesmo tempo forma de sobrevivência das famílias cigana, era considerada uma contravenção penal no artigo 27 do Decreto-Lei nº 3.688, de 1941. E como Maria Jane descreve nos seus relatos, as mulheres ciganas, mesmo após retirada desse dispositivo legal, continuam sendo alvos de assédio e criminalizadas quando buscam trabalhar com este conhecimento, entendido pela nossa entrevistada, como tradicional do povo cigano. Assim como ocorre com os ciganos em geral na prática do comércio, pautada em trocas e vendas, que são relacionados a tipos penais como o estelionato.

O racismo e o anticiganismo impregnado nos modos operantes do sistema segurança pública e de justiça penal levam esta população a ser, de forma recorrente, alvos de ações violentas e desproporcionais quando acusadas de cometer qualquer suposta ilegalidade.

A historiografia oficial costuma indicar a ditadura civil-militar, 1964-85, que abarca os primeiros anos da vida de Maria Jane, como o momento do país marcado pela tortura, arbítrio das autoridades policiais e violência institucionalizada pelo Estado, supressão das garantias processuais dos opositores políticos do regime. O que para os ciganos, segundo narra Maria Jane e muitas outras referências, sempre foi uma realidade. E permaneceu desta forma com a redemocratização do Brasil e com o estabelecimento do novo marco constitucional que tutela a condição de nação multicultural e de uma agenda programática que na prática não é assumida.

O início da década de 1990 é marcante para a vida de Maria Jane por diversos motivos. É o momento em que o território de Condado se tornou uma referência espacial mais estável (e não necessariamente estática) para ela e sua família, o que pode ser entendido como um processo de sedentarização na perspectiva das pessoas não ciganas. É também o contexto em que começa a frequentar a escola pela primeira vez e também quando se casa com Antônio, com quem tem dois filhos, Indiano e Damião, e atual marido.

Segundo o professor e militante cigano Jucelmo Dantas da Cruz (2018), a partir do final da década de 80, com a promulgação da Constituição Federal, que coincide com o período de intensificação do processo de sedentarização dos ciganos no Brasil, as primeiras conquistas foram amenizando o processo de exclusão social”. A pesquisa de campo vem apontando que esses avanços embora existam são lentos e graduais, sendo que a aproximação do Estado se dá a partir das políticas públicas sociais de renda mínima, que são universais, como o bolsa família, que de algum modo contemplam as famílias ciganas, como veremos mais no próximo tópico.

No Brasil, nos primeiros anos após a promulgação do texto constitucional vigente, no início da década de 1990, predominava uma completa dissonância entre o compromisso político-social assumido na Carta Política de 1988 e o projeto de país que vinha sendo

implementado. Por exemplo, segundo dados do IPEA (MENDES *et al.*, 2012, p. 17-18), entre 1992 e 1995, a média de anos de estudo das populações com 25 anos ou mais, na Paraíba, era de 4,0 anos, enquanto no país era de 5,1 anos; a taxa de analfabetismo alcançava 21,5% da população paraibana, sendo no Brasil 8,0 % das pessoas.

Maria Jane e a totalidade de sua família, como descreve nas entrevistas e nos documentos aqui analisados, integram esta parcela populacional excluída do ambiente escolar formal. E para estudar, precisou inicialmente enfrentar seu próprio pai, o que não aconteceu após o casamento, como foi abordado nas entrevistas, assim como está presente nos documentos.

Eu comecei [a estudar] com 13 anos, numa escola que ela ensinava em casa né, era Dona Bernadete, em Juazeirinho, a mais de 100 km daqui da onde eu moro. Eu comecei a ir buscar água no chafariz, que Juarezinho até hoje é muito ruim de água, eu pego é no chafariz. [...] E quando eu fui pegar, eu ia pegar água lá todo dia, eu conheci uma senhora, e ela ficou interessada em quem eu era, e a gente fez uma amizade, e eu disse a ela que tinha o sonho de estudar. Aí expliquei que meu pai não queria, mas eu tinha vi uns menino assim passando e eu achava interessante, aí passei um pouco da minha história para ela. Ela disse 'Jane, eu ensino em casa, eu tenho uma turma de tantas pessoas', eu não me lembro mais se era 16 pessoas, "e eu ensino na escola também, mas se seu pai deixar, eu coloco você na escola sem pagar!". Aí eu disse 'Ele não deixa não, ele não deixa não, meu pai não deixa'. Eu nunca imaginei que ela ia na minha casa. Ela perguntou onde eu morava, eu disse a ela, e quando foi um dia ela surgiu lá e pediu pra meu pai pra mim estudar, que ia que botar numa sala de gente responsável, que ela ia ter cuidado de mim e o meu pai deixou. Aí quando eu fui embora, né, a gente passava pouco tempo nas cidades, aí eu falei pra ela né que eu ia embora, mas tinha vontade de estudar, mas não tinha como por causa da minha vida. Ela disse 'Jane, quando você for embora eu vou li dar uma declaração' que eu nem me lembrava que era uma declaração, hoje eu sei o que é uma declaração, mas chamava de documento, né. 'Pra quando você for estudar você fazer a quarta série'. [...] Aí foi quando eu me mudei para Arara, que é perto de Campina Grande. E lá eu comecei a fazer a quarta série com esse documento que ela me deu só que eu fiz escondido do meu pai né, quando ele andar mais mãe de manhã, eu dava a comida dos menino, ajeitava o rancho, tudo e ia pra escola pra ir rápido e vim rápido. Aí quando foi uma vez, ele chegou em casa mais cedo, e eu não tava, aí deu uma confusão danada, e eu não prossegui a escola, não prossegui. [...] Então eu parei foi quando eu conheci Antônio, me casei, aí depois de 7 anos, comecei fazer o Telecurso 2000. Você não conhece né! É tipo supletivo, é um supletivo que você também faz rápido, eu não sei de onde eu tirei. Acho que sim, foi da televisão. (abril de 2023)

Maria Jane, como muitos brasileiros e brasileiras, por uma questão que é de classe, da mesma forma que perpassam outras barreiras movidas por marcadores étnico-raciais, de gênero e de origem, não tiveram a oportunidade, condições e incentivo direto para frequentar uma instituição de ensino na idade escolar. Somente em 1996, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi estabelecida a idade para entrar na escola - oito anos após a Constituição afirmar a educação e a proteção integral à infância e adolescência como direitos fundamentais universais. Inicialmente, esta idade era de 6 anos. Porém em 2013,

a legislação passou por uma alteração, tornando obrigatória a matrícula de crianças com 4 anos na Educação Básica.

Contudo, há uma série de questões que Maria Jane informa em sua narrativa que está centralizada na sua condição de mulher cigana e trabalhadora, que contribuíram para o percurso que Maria Jane precisou passar para obter a formação educacional reconhecida pelo sistema e pela sociedade. Primeiro no âmbito familiar, é preciso entender que a resistência de muitos pais ciganos como os de Jane estava relacionada a segurança das próprias crianças e do grupo, uma vez que a escola não está apartada da sociedade e reproduz seus valores hegemônicos que excluem o *outro*, que abomina as diferenças étnico-raciais, logo pode ser visto por muitas famílias ciganas como um ambiente hostil.

Assim como existe também uma preocupação com a preservação dos costumes e da cultura cigana, tendo em vista que no contexto escolar convencional são outros valores que são ensinados, inclusive anti-ciganos, e ao mesmo tempo por avaliar que há outros conhecimentos que são mais importantes de aprender, que são proporcionados no contexto e nas dinâmicas da vida familiar. Por outro lado, é disseminado no senso comum que os ciganos são avessos à educação, o que expressa o esforço em diminuir os valores ciganos e incumbir a ideia de um povo inferior e sem cultura. Embora haja uma questão de desconfiança, pelos fatores acima elencados, há também um desinteresse e falta de preparo do próprio Estado em construir aproximações e políticas específicas e efetivas para atender as especificidades dos povos ciganos.

Em 1999, Maria Jane, aos vinte e um anos, quatro anos após o nascimento do seu primeiro filho, Indiano, afirma ter voltado aos estudos, com o apoio do marido, precisando se deslocar diariamente para o município vizinho, Malta, a 8 km de distância, para concluir o ensino fundamental. Nesta época, estava vigente o Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado por Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que funcionou entre 1998 e 2006. Embora tenha sido criado para universalizar o atendimento do ensino fundamental, não contemplava a educação infantil, nem o ensino médio.

Aos trinta e dois anos, em 2010, com um segundo filho de 2 anos de idade, Damião, Maria Jane voltou aos estudos novamente para concluir o ensino médio, sendo que desta vez consegue frequentar o ambiente escolar no próprio município de Condado. Neste contexto, não estava mais vigente o Fundef, e o Fundeb, criado pela Emenda Constitucional (EC) 53/2006, com vigência até o fim de 2020, contemplando também a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos, cobrindo projetos como o Educação de Jovens e Adultos (EJA),

programa acessado por Maria Jane que viabilizou completar a educação básica. É importante mencionar que entre o primeiro e o segundo retorno aos estudos de Maria Jane, houve um significativo aumento nos investimentos destinados ao Fundef, que em 1999 alcançou o patamar de R\$ 15,2 bilhões (quantia correspondente a cerca de 1,5% do PIB do país), sendo que em 2010, foi de R\$ 133,44 bilhões de reais, chegando a 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

E é justamente no segundo retorno de Maria Jane aos estudos, no âmbito do ensino médio, que recebe um conselho de um colega de classe para criar uma associação. Observem o relato:

Na escola fiz amizade com um moço por nome de Leandro e ao conversamos sempre ele certa vez me disse: ‘Maria Jane porque você não abre uma associação já que tem o sonho de ajudar seu povo cigano?’ E pedi as orientações a ele e fundamos a nossa **Associação Comunitária dos Ciganos de Condado-PB - ASCOCIC, que foi oficializada no dia 29 de junho de 2010** e até hoje vêm articulando em vários estados do Brasil para a inclusão nas políticas públicas sociais de nosso povo cigano, em busca de respeito e nossos direitos como cidadãos brasileiros que somos! (dezembro de 2018).

Ao mesmo tempo que Maria Jane, de uma certa forma relata, que seu interesse pela educação surge, ainda criança, como uma forma de poder lutar contra as injustiças praticadas contra seu povo, é justamente neste ambiente que descobre a possibilidade de institucionalizar a sua atuação em prol da coletividade a partir da criação de uma associação.

O acesso à educação, na perspectiva que Jane transmitiu na pesquisa de campo, não se restringe a uma oportunidade de ascensão social individual. Ao longo da entrevista, assim como nos documentos analisados, há a transmissão de um outro significado sobre o papel da educação formal, o que pode significar um diferente sentido sob o ponto de vista ético. Inicialmente, estudar é apresentado como uma forma de aprender a conhecer a linguagem e os códigos da sociedade majoritária, para poder circular no mundo *juron* (não cigano), sobretudo para autodefesa e evitar sofrer arbítrios das autoridades.

A partir da criação da associação, há outros sentidos em torno da educação que percebemos ser mobilizados por Maria Jane. Como uma oportunidade de qualificação técnica para ocupar espaços que passaram a ser criados para pensar e executar políticas públicas para os ciganos, assim como para poder atuar em postos de trabalhos mais valorizados na sociedade. E há a ideia de aprendizado que não decorre do ambiente de escolarização formal, como os espaços da política, a exemplo dos conselhos e órgãos colegiados do estado, onde é possível acessar outros conhecimentos que permite atuar politicamente enquanto liderança política representante da luta dos povos ciganos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao situar o olhar desta pesquisa sobre a trajetória da liderança da etnia *Calon* Maria Jane a partir de uma perspectiva biográfica foi possível acessar uma série de significados não apenas sobre a identidade cigana, como, principalmente, sobre a realidade desta população frente aos dilemas que são próprios da vida que é atravessada por fronteiras, desigualdades e assimetrias. E que não se restringem aos grupos racializados na sociedade. Contudo, ficou evidente que os aspectos étnico-raciais, aliados a outros marcadores sociais como classe e sexo tem o potencial de produzir repercussões diretas nas vivências de uma mulher cigana.

E foram através das ambivalências identificadas nas narrativas e vivências acessadas acerca da vida da pessoa biografada que nos permitiu afastar certos determinismos e essencialismos historicamente associados à cultura e identidade dos povos ciganos. Ou seja, não há necessariamente contradição entre ser mulher, ser cigana, ser uma liderança política da comunidade e atuar no âmbito institucional na defesa dos interesses desta coletividade. Desconstruir certos mitos, como a incompatibilidade entre a cultura dos povos ciganos da etnia *Calon* e a educação formal, sendo que na verdade há contexto que afasta essa população do ambiente escolar, que muitas vezes é um local hostil às diferenças étnicas-raciais e que não se dispõe a se adaptar às particularidades culturais e do modo de vida dos ciganos. Assim como ponderar sobre a crença que relaciona este grupo étnico ao nomadismo, sem romantismo, tentando na verdade compreender o que leva muitas famílias a viver em constante mudança entre diferentes localidades, que há elementos que remetem à discriminação, como também a busca por trabalho e renda.

Por fim, podemos afirmar que a trajetória de vida da liderança cigana biografada nos forneceu bases empíricas para constatar a dissonância entre os direitos humanos positivados no Brasil, em especial a partir da Constituição Federal de 1988, e o que ocorre na realidade, marcada por ausências do Estado no sentido de promover a materialização de uma cidadania diferenciada voltada aos grupos racializados e historicamente oprimidos no Brasil mediante políticas públicas específicas. E notar que o Estado nem sempre se ausenta, pelo contrário, mostra-se presente na vida dos indivíduos e famílias ciganas, por meio das forças de segurança pública e na seletividade do sistema de justiça.

**REFERÊNCIAS**

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006. p. 42-61.

CRUZ, Jucelmo Dantas da. Entrevista com agente da Pastoral dos Nômades. In: CNBB. **“O dia nacional do povo cigano trata-se de uma conquista que serve para lembrar as lutas”, afirma Dom José Edson**. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/o-dia-nacional-do-povo/#>>. Acesso em 31 out. 2023.

DA SILVA, M. V.; SALLOUM E SILVA, P. C. As representações sobre os ciganos no sudoeste de Goiás a partir de uma perspectiva etnográfica: perspectivas e possibilidades de pesquisa. **Mnemosine Revista**, v. 13, n. 2, p. 93-105, 2022.

DAS Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 27, 2008. pp. 19-52.

ELIAS, Nobert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

FEBVRE, Lucien. **Olhares sobre a história**. Porto: ASA, 1996.

FOTTA, Martin. The figure of the Gypsy (Cigano) as a signpost for crises of the social hierarchy (Bahia, 1590s–1900s). **International Review of Social History**, v. 65, n. 2, p. 315-341, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988a. p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b. p. 69-82.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos - Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 12, n. 1, jun. 2011. p. 9-29.

KOFES, Sueli. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

LENA JÚNIOR, Hélio de. Gregório Bezerra. O ser camponês e o tornar-se comunista. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHIMDT, Benito Bisso. **Grafia da vida. Reflexões e experiência com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e voz, 2012.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, n. 1, p. 95-117, 1995.

MENDES, Constantino Cronemberger *et al.* **A Paraíba no contexto nacional, regional e interno.** IPEA: Brasília, 2012.

MOONEN, Frans. **Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil.** 3. ed. Recife: [s/e], 2011.

NASCIMENTO, Edilma J. Monteiro; FIGUEIREDO, Marcyllânia G. Alcântara. Teoria e experiência em diálogo: perspectivas para pensar o direito à escolarização entre ciganos. In: BRASIL. Ministério Público Federal. **Coletânea de artigos: povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa.** Brasília: MPF, 2020

REA, Caterina Alessandra. Redefinindo as fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano no século XXI. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, fev. 2017. p. 31-50.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011).** INAE: Rio de Janeiro, 2013.

SALLOUM E SILVA, Phillipe Cupertino. Gypsies, Coloniality and the Affirmation of Human Rights in Brazil. **Journal of Gypsy Studies**, Londres, v. 2, n. 1, 2020. p. 55-80.

SEGATO, Rita L. Introducción: políticas de la identidad, diferencia y formaciones nacionales de alteridad. In: SEGATO, Rita L. **La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa entiempos de políticas de la identidad.** Buenos Aires: Prometeo, 2007. pp.15-36.

SILVA JÚNIOR, Aluizio de Azevedo. **Produção social de sentidos em processos interculturais de comunicação e saúde: a apropriação das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal.** 2022. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde). ICICT/FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

SORIA, Ana Paula Castelo B. **Entre a dor de ser “cigano” e o orgulho de ser romã: aproximação à literatura romani e a auto-representação dos romã em duas obras de Jorge Nedich.** 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VRABIESCU, Ioana. The Nomad Gypsy through Decolonial View: The Roma Situation in Romanian National State Building. In: BOSWELL, Daniel; O’SHEA, Roger; TZADIK, Efrat (orgs.). **Inculturalism: Meaning and Identity.** Leiden: Brill, 2013. p. 117-127.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **PHILLIPE CUPERTINO SALLOUM E SILVA**

Doutor em Direito (UFRJ). Mestre em Ciências Jurídicas (UFPB). Bacharel em Direito (UESC). Professor adjunto da Universidade Federal de Jataí.

### **GABRIEL NASCIMENTO DE CASTRO**

Graduando do Curso de Direito da Universidade Federal de Jataí.